

Empacou nos tribunais

O programa de R\$ 503 bilhões que poderia alavancar Dilma Rousseff já começa a ter suas principais obras, como as usinas do Madeira, travadas no Judiciário

Denize Bacoccina
Brasília

Questionamentos do Tribunal de Contas da União sobre as licitações também atrasam diversas obras do programa



O ÚLTIMO RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO PAC apresentado pela ministra Dilma Rousseff mostra números animadores: 88% das obras de infra-estrutura estavam em ritmo adequado, 6% mereciam atenção e apenas 2% tinham situação preocupante (4% já foram concluídas). Desse ponto de vista, parece que tudo está andando às mil maravilhas com o projeto que prevê gastos de R\$ 503,9 bilhões até 2010. Mas uma análise detalhada revela que projetos importantes, principalmente no setor de energia elétrica, correm o risco de ficar parados por pendências judiciais,

irregularidades ou problemas de licenciamento ambiental. A Advocacia-Geral da União, a AGU, tem um grupo de 100 advogados para acompanhar as ações. São mais de 600 desde junho do ano passado.

"Os processos são um problema para as obras, mas temos tido sucesso nas ações", avalia o procurador-geral Jeferson Carus Guedes. A Casa Civil faz um monitoramento das obras junto ao Tribunal de Contas da União, Ibama, Funai e AGU.

Só no TCU, 21 empreendimentos estão sendo acompanhados - as irregularidades mais comuns são sobrepreço e deficiência no projeto. Outras 31 obras são monitoradas junto ao Ibama, nove delas com participação da Funai.

Um exemplo é a usina hidrelétrica Pedra Branca, prevista para ser leiloada em março de 2010 e concluída em 2015. O empreendimento ganhou um selo vermelho no último balanço do PAC, por causa de um ofício da Funai informando que a obra vai afetar terras indígenas.

Ações do TCU também paralisaram a dragagem no porto de Itaqui, no Maranhão. Colocaram também um selo vermelho na ampliação dos aeroportos de Vitória, Macapá e Guarulhos.

Mas a ministra-chefe da Casa Civil não reclama. "Consideramos boa e cooperativa a relação entre o TCU e o governo federal face às obras do PAC. É uma demonstração de maturidade institucional, que torna mais eficiente a gestão dos recursos públicos no Brasil", disse Dilma à DINHEIRO.

Mas as obras que mais preocupam o governo são as duas hidrelétricas do rio Madeira, que juntas podem gerar 6.450 MW. Nem se trata, neste caso, de excesso de rigor dos órgãos de defesa ambientais, do Ministério Público ou da AGU. O que ameaça o cronograma dessas obras é uma briga comercial entre empreiteiras. Tudo começou quando o consórcio Energia Sustentável do Brasil, formado por Suez Energy, Camargo Corrêa, Ele trossul e Chesf, venceu a licitação para construir a hidrelétrica de Jirau, oferecendo energia a R\$ 71,40 o MW/h.

O grupo perdedor, o Consórcio Jirau Energia (liderado por Odebrecht e vencedor do leilão para construir a usina de Santo Antonio) tentou sem sucesso embargar o resultado.

Na quinta-feira 24, o vencedor entregou à Agência Nacional de Energia Elétrica o projeto para construir a usina, diferente do estudo de viabilidade, mas a Odebrecht ameaça questionar a mudança. O Consórcio Energia Sustentável já disse que, se isso acontecer, vai devolver na mesma moeda.

O presidente do consórcio, Victor Paranhos, assumiu um tom conciliador em entrevista à DINHEIRO. "Não vamos fazer isso, porque temos certeza de que eles não vão contestar. Vamos parar de brigar. Vamos fazer o possível para isso", afirmou Paranhos.



Uma briga judicial que paralise as duas usinas é o pior cenário para o governo. O que interessa é justamente a alternativa oferecida pela Suez, a antecipação da geração de energia. Para isso, a empresa tem que aproveitar o período de baixa do rio, que se encerra em setembro, e começar as obras neste período. Se não começar neste período, só em abril. "Não posso admitir que o interesse nacional seja ferido por causa da briga entre duas empresas", disse o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão.

A obra do Madeira pode parar em função da briga entre Odebrecht e Camargo Corrêa. Nas estradas, o TCU aponta sobrepreço em vários contratos.

A Aneel ainda não analisou o novo projeto, mas é pequena a disposição de acatar a reclamação do consórcio perdedor. O diretor Jerson Kelman diz que a agência licitou o fornecimento de energia e não a obra, portanto não há problemas em modificar o projeto inicial. Ele lamenta a possibilidade de que a discussão seja levada para a esfera judicial. "Há sempre duas perguntas que se deve fazer em qualquer obra deste tipo: quais são os impactos locais de se fazer a obra, geralmente negativos, e outra pergunta, que normalmente não se faz, sobre os impactos de não se fazer a obra", disse à DINHEIRO.

Neste caso, não há risco de faltar energia, mas ela terá que ser gerada de outra maneira. "As usinas hidrelétricas que estão escorregando no projeto vão ser substituídas por usinas térmicas. Não vai faltar energia, mas vamos pagar mais caro e poluir mais o ambiente", diz Kelman. As usinas do Madeira não são as únicas em dificuldades. Das 38 hidrelétricas em construção que estão sendo acompanhadas pela Aneel, 28 estão com o cronograma atrasado, oito delas por questões judiciais. Sinal de que o carro-chefe do governo Lula, e também da candidatura Dilma, já está no amarelo.

BACCOCCINA, D. **Empacou nos tribunais.** Revista Isto É Dinheiro, edição nº 565, ano 11, págs 30 a 32, 30/07/2008